



TJDFT

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL
E DOS TERRITÓRIOS

Concurso Público
Nível Superior

Cargo 10: ANALISTA JUDICIÁRIO
ÁREA: APOIO ESPECIALIZADO
ESPECIALIDADE: CONTROLE INTERNO

Aplicação: 27/3/2008

MANHÃ

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira inicialmente a transcrição de seus dados pessoais no topo desta página e de seu nome no rodapé de cada página numerada deste caderno. Em seguida, verifique se ele contém cento e vinte itens, correspondentes às provas objetivas, corretamente ordenados de 1 a 120, seguidos da prova discursiva acompanhada de espaço para rascunho.
- 2 O espaço para rascunho é de uso opcional; não contará, portanto, para efeito de avaliação.
- 3 Caso o caderno tenha qualquer defeito ou haja discordância quanto aos seus dados pessoais, conforme o item 1, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores.
- 4 Não utilize lápis, lapiseira (grafite), borracha e(ou) qualquer material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE/UnB.
- 5 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 6 Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para texto definitivo.
- 7 Na prova discursiva, não será avaliado texto escrito a lápis, texto escrito em local indevido ou texto que tenha identificação fora do local apropriado.
- 8 Nos itens das provas objetivas, recomenda-se não marcar ao acaso: cada item cuja resposta diverja do gabarito oficial definitivo receberá pontuação negativa, conforme consta em edital.
- 9 A duração das provas é de **quatro horas e trinta minutos**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da folha de respostas e à transcrição do texto definitivo da prova discursiva para a folha de texto definitivo.
- 10 Você deverá permanecer obrigatoriamente em sala por, no mínimo, **uma hora** após o início das provas e poderá levar este caderno de provas somente no decurso dos últimos **quinze minutos** anteriores ao horário determinado para o término das provas.
- 11 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e a sua folha de texto definitivo e deixe o local de provas.
- 12 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno, na folha de respostas ou na folha de texto definitivo poderá implicar a anulação das suas provas.

AGENDA (datas prováveis)

- I **4/3/2008**, após as 18h (horário de Brasília) - Gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas: Internet - www.cespe.unb.br/concursos/tjdf2007
- II **5 e 6/3/2008** - Recursos (provas objetivas): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso: Internet, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse sistema.
- III **2/4/2008** - Resultados finais das provas objetivas e provisiono da prova discursiva: Diário Oficial da União e Internet
- IV **3 e 4/4/2008** - Recursos (prova discursiva): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso: Internet, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse sistema.
- V **23/4/2008** - Resultado final da prova discursiva e convocação para a perícia médica: Diário Oficial da União e Internet.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 13 do Edital, nº 1 - TJDFT, de 18/12/2007.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3445-0100; Internet - www.cespe.unb.br/concursos/tjdf2007.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticas, desde que citada a fonte.

De acordo com o comando a que cada um dos itens de 1 a 120 se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

1 Agora olhavam as lojas, as toldas, a mesa do leilão. E conferenciavam pasmados. Tinham percebido que havia muitas pessoas no mundo. Ocupavam-se em descobrir uma enorme quantidade de objetos. Comunicaram baixinho um ao outro as surpresas que os enchiam. Impossível imaginar tantas maravilhas juntas. O menino mais novo teve uma dúvida e apresentou-a timidamente ao irmão. Seria que aquilo tinha sido feito por gente? O menino mais velho hesitou, espiou as lojas, as toldas iluminadas, as moças bem vestidas. Encolheu os ombros. Talvez aquilo tivesse sido feito por gente. Nova dificuldade chegou-lhe ao espírito, soprou-a no ouvido do irmão. Provavelmente aquelas coisas tinham nomes. O menino mais novo interrogou-o com os olhos. Sim, com certeza as preciosidades que se exibiam nos altares da igreja e nas prateleiras das lojas tinham nomes. Puseram-se a discutir a questão intrincada. Como podiam os homens guardar tantas palavras? Era impossível, ninguém conservaria tão grande soma de conhecimentos. Livres dos nomes, as coisas ficavam distantes, misteriosas. Não tinham sido feitas por gente. E os indivíduos que mexiam nelas cometiam imprudência. Vistas de longe, eram bonitas. Admirados e medrosos, falavam baixo para não desencadear as forças estranhas que elas porventura encerrassem.

Graciliano Ramos. *Vidas secas*. São Paulo: Martins, 1972, p.125.

No texto apresentado acima, dois personagens do romance **Vidas Secas**, o menino mais velho e o menino mais novo, deixam a fazenda em que seu pai trabalhava como vaqueiro, para ir à festa de Natal em uma pequena cidade. Com base nessas informações e no fragmento do texto de Graciliano Ramos, julgue os itens subsequentes.

- 1 No texto acima, pela linguagem literária, o autor aborda uma questão universal — a construção do conhecimento do mundo pelo homem por meio da nomeação dos objetos —, a partir da narrativa de uma experiência particular dos personagens — a primeira visita de dois meninos a uma pequena cidade.
- 2 No trecho “Talvez aquilo tivesse sido feito por gente” (l.5-6), o verbo concorda com “gente”, sujeito da oração na voz passiva.
- 3 O emprego da linguagem figurada, como em “soprou-a no ouvido do irmão” (l.6), e a ausência do discurso direto confirmam o que está evidente no trecho “O menino mais novo interrogou-o com os olhos” (l.7), isto é, que em ambos os momentos a comunicação entre os dois personagens prescinde da linguagem verbal.
- 4 No trecho “as preciosidades que se exibiam nos altares da igreja e nas prateleiras das lojas tinham nomes” (l.7-8), os objetos religiosos e as mercadorias estão reunidos sob a designação comum de “nomes”, o que está de acordo com a associação feita pelos meninos entre as coisas espirituais e as coisas “feitas por gente” (l.10).
- 5 Considerando-se a linguagem usada pelo escritor para narrar a experiência dos meninos na cidade, é correto afirmar que a questão abordada no texto pode ser considerada “intrincada” (l.9) não apenas para os personagens, mas também para o autor e o leitor.

1 Os seres humanos, nas culturas orais primárias, não afetadas por qualquer tipo de escrita, aprendem muito, possuem e praticam uma grande sabedoria, porém não “estudam”. Eles aprendem pela prática — caçando com caçadores experientes, por exemplo —, pelo tirocínio, que constitui um tipo de aprendizado; aprendem ouvindo, repetindo o que ouvem, dominando profundamente provérbios e modos de combiná-los e recombiná-los, assimilando outros materiais formulares, participando de um tipo de retrospectiva coletiva — não pelo estudo no sentido estrito.

7 Quando o estudo, no sentido estrito de análise seqüencial ampla, se torna possível com a interiorização da escrita, uma das primeiras coisas que os letrados freqüentemente estudam é a própria linguagem e seus usos. A fala é inseparável da nossa consciência e tem fascinado os seres humanos, além de trazer à tona reflexões importantes sobre ela própria, desde os mais antigos estágios da consciência, muito tempo antes do surgimento da escrita.

Walter Ong. *Oralidade e cultura escrita*. Papirus, 1998, p. 17 (com adaptações).

A partir da organização do texto acima, julgue os seguintes itens.

- 6 O desenvolvimento da argumentação do texto permite que se empregue tanto “afetadas” (l.1) quanto a correspondente flexão de masculino, **afetados**, sem que seja prejudicada a correção gramatical.
- 7 As regras de pontuação da língua portuguesa são respeitadas tanto substituindo-se os travessões, nas linhas 2 e 3, por parênteses, como substituindo-se o primeiro deles por vírgula e eliminando-se o segundo.
- 8 Na linha 5, o emprego de “pelo”, regendo “estudo”, indica que está subentendida, antes dessa contração, a forma verbal **aprendem**, como utilizado na linha 2.
- 9 Na linha 9, mesmo que o verbo que antecede a locução adverbial “à tona” não exigisse objeto regido pela preposição **a**, como exige esse emprego do verbo “trazer”, o sinal indicativo de crase seria obrigatório nesse contexto.

1 Os sistemas simbólicos e, particularmente, a língua exercem um papel fundamental na comunicação entre os sujeitos e no estabelecimento dos significados compartilhados, que permitem interpretações dos objetos, eventos e situações do mundo real. Na ausência de um sistema de signos compartilhado e articulado, como a língua humana, 4 somente o tipo de comunicação mais primitivo e limitado é possível.

O surgimento do pensamento verbal e da língua como sistema de signos é crucial no desenvolvimento da espécie humana, momento mesmo em que o biológico transforma-se no histórico e em que emerge a centralidade 7 da mediação simbólica na constituição do psiquismo humano.

Martha Kohl de Oliveira. *História, consciência e educação. In: Viver Mente&Cérebro*. Edição Especial, 2005, p. 10 (com adaptações).

Julgue os seguintes itens, a respeito da organização das idéias no texto acima.

- 10 Na linha 1, a retirada do advérbio “particularmente” e das vírgulas que o demarcam preservaria a correção gramatical do texto, mas prejudicaria suas relações semânticas, pois permitiria a interpretação de que a língua não faz parte dos “sistemas simbólicos”.
- 11 Na linha 2, o pronome relativo “que” retoma o antecedente “os sujeitos”; por essa razão, a forma verbal “permitem” está no plural.
- 12 A flexão de singular em “é crucial” (l.5) admite a substituição pelo plural correspondente, **são cruciais**, sem prejuízo da coerência ou da correção do texto, porque o sujeito da oração é composto por dois núcleos, “pensamento verbal” e “língua”.

A economia mundial experimentou, nos últimos seis anos, um período de prosperidade rara. A guerra no Iraque e a conseqüente alta no preço do petróleo não tiveram força suficiente para deter a velocidade de crescimento das economias, em especial a dos países emergentes. Antes, fontes de dor de cabeça para seus cidadãos e para o mundo, gigantes como a China e a Índia abraçaram o que a economia capitalista globalizada tem de melhor, a capacidade de produzir riqueza, e incorporaram bilhões de pessoas ao mercado consumidor.

A globalização produziu ganhadores e perdedores, solidez e fragilidade. A maior de todas as fragilidades da globalização é justamente o que lhe dá sustentação, a simultaneidade de processos e a interligação instantânea dos mercados, via Internet. Essa situação propiciou o aumento da produção e o barateamento dos produtos, dando chance aos países de crescer rapidamente sem despertar o dragão inflacionário. O lado negativo da integração é que a queda de um grande parceiro pode arrastar todos os demais. Foi esse o perigo que o mundo correu e corre quando a economia que responde por 25% de toda a riqueza planetária, os Estados Unidos da América (EUA), escorregou feio em uma casca de banana que, paradoxalmente, estava à vista de todos havia muito tempo.

Veja, 30/1/2008, p. 64-7 (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial e considerando os múltiplos aspectos que envolvem o tema por ele abordado, julgue os itens que se seguem.

- 13 Uma das inovações trazidas pela globalização é o caráter autônomo da economia, ou seja, instabilidades políticas ou confrontações bélicas deixaram de exercer influência sobre os mecanismos de produção, circulação e fixação de preços das mercadorias.
- 14 China e Índia, citadas como exemplos marcantes de países emergentes na atualidade, creditam parcela significativa de seu êxito ao fato de terem promovido reformas políticas que as levaram a adotar o modelo de democracia ocidental.
- 15 Ainda que China e Índia tenham ampliando consideravelmente a capacidade produtiva e incorporado bilhões de pessoas ao mercado consumidor, como assinalado no texto, não se pode afirmar que a globalização ocorra de maneira simétrica, reduzindo as desigualdades entre os países.
- 16 O fato de um país poderoso entrar em crise econômica e arrastar consigo os demais parceiros é risco real trazido pela globalização, situação desconhecida nas etapas anteriores da evolução histórica do capitalismo.
- 17 Infere-se do texto que, na atual realidade econômica mundial, mais do que em qualquer outra época, crescimento e inflação são faces da mesma moeda, em que uma não sobrevive sem a outra.
- 18 A “casca de banana” aludida no texto, referindo-se à atual crise norte-americana, relaciona-se à concessão irrestrita de crédito — sobretudo imobiliário — a consumidores que se mostraram sem condições de pagar como fator relevante para o desencadeamento de uma crise que afeta diversos setores da economia.
- 19 Uma das principais razões que explicam a formação dos atuais blocos econômicos, entre os quais se situam a União Européia e o Mercado Comum do Sul, é o fato de oferecerem aos seus integrantes condições mais favoráveis de inserção no competitivo mercado global.
- 20 Na atualidade, um dos clássicos sintomas de crise ou de instabilidade financeira é o comportamento volátil das bolsas de valores, que, em escala planetária, tende a expressar a insegurança dos investidores.

CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES

Acerca do Regimento Interno do TJDFT, cada um dos itens subsequentes apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 21** Fábio foi nomeado, entre os desembargadores mais antigos, para integrar o Conselho Especial do TJDFT. Nessa situação, nos afastamentos e impedimentos de Fábio, a sua substituição se dará pelos suplentes na ordem decrescente da votação obtida.
- 22** Durante o julgamento de um *habeas corpus*, pelo Conselho Especial, certo desembargador pediu vista dos autos, para melhor analisar a questão. Os demais desembargadores, sentindo-se habilitados, proferiram seus votos. Na segunda sessão subsequente, o desembargador que havia pedido vista afastou-se, razão pela qual foram computados apenas os votos já proferidos, que resultaram no empate de 8 votos a favor e 8 contra. Nessa situação, haverá a necessidade de adiamento da sessão de julgamento, com sua continuidade na sessão mais próxima possível.
- 23** Partido político com representação na Câmara Legislativa do Distrito Federal ajuizou ação direta de inconstitucionalidade, com pedido de liminar, pleiteando a suspensão da eficácia de determinado dispositivo de lei distrital, até o julgamento do mérito da questão. Nessa situação, se concedida a liminar, esta será dotada de eficácia *ex nunc*, salvo se o Conselho Especial entender de conceder-lhe eficácia retroativa.
- 24** O Distrito Federal (DF), devidamente intimado de decisão que deferiu liminar em mandado de segurança, contra ato do governador, requereu a suspensão da segurança, visando evitar grave lesão à economia pública. O presidente do TJDFT, ao analisar a questão, entendeu estarem presentes os requisitos para a concessão de tal medida e deferiu a suspensão da segurança. Nessa situação, da decisão caberá agravo regimental.
- 25** Paulo é desembargador presidente do TJDFT. Nessa situação, ao término de seu mandato, integralmente cumprido, Paulo poderá participar do escrutínio subsequente e candidatar-se à reeleição para o mesmo cargo.
- 26** Antônio, presidente do TJDFT, em virtude do término do seu mandato, foi sucedido por Luciana, corregedora do TJDFT. Nessa situação, Antônio ocupará o cargo de sua sucessora e será titular do cargo de corregedor.
- 27** Em meados do mês de outubro de 2007, João, juiz de direito do TJDFT, foi consultado pela presidência do tribunal a respeito de sua preferência por atuação na área cível ou criminal, se convocado para substituição, em caso de vaga ou afastamento de desembargador. João, em ato formal, declinou que sua preferência era pela área cível. Nessa situação, e com base no regimento em questão, o Conselho Especial somente poderá indicar João para uma das turmas cíveis do TJDFT, para eventual substituição.

- 28** Uma das turmas do TJDFT, durante sessão ordinária, julgou apenas 18 dos 48 feitos incluídos na respectiva pauta. Nessa situação, é obrigatória a convocação de sessão extraordinária para julgamento dos feitos pendentes.
- 29** Determinado desembargador, designado relator em ação penal de competência originária do TJDFT, proferiu decisão rejeitando a denúncia, por manifesta ilegitimidade da parte. Nessa situação, a referida decisão deve ser submetida ao Conselho Especial.
- 30** Pedro, à época juiz de direito do TJDFT, proferiu sentença de mérito acolhendo pedido formulado nos autos de determinada ação. A referida sentença foi reformada integralmente pelo tribunal e transitou em julgado. Nessa situação, se Pedro for agora desembargador, não poderá participar do julgamento de ação rescisória ajuizada contra o acórdão.
- 31** Foi instaurado conselho de disciplina, para exame da perda da graduação pela prática de transgressão disciplinar grave, contra Henrique, praça da Polícia Militar do Distrito Federal. Nessa situação, o procedimento deverá ser julgado por uma das turmas criminais do TJDFT.
- 32** Dentro do prazo legal, foram opostos embargos de declaração contra acórdão proferido por uma das turmas do TJDFT, sob o fundamento de que havia divergência entre a ementa e o acórdão. Nessa situação, o relator poderá indeferir liminarmente os referidos embargos declaratórios.
- 33** O Conselho Especial do TJDFT, ao analisar determinada matéria, proferiu, consecutivamente, quatro julgamentos concordantes, por maioria absoluta de seus membros. Nessa situação, os enunciados correspondentes a esses julgamentos poderão ser sumulados.
- 34** O edital de um concurso público para ingresso na magistratura do DF previu que todas as questões não reguladas no instrumento convocatório serão resolvidas pela presidência da comissão do respectivo concurso. Nessa situação, a análise das referidas questões será de responsabilidade do vice-presidente do TJDFT, no uso de suas atribuições.
- 35** Em processo de apuração de falta disciplinar punível com perda do cargo de magistrado, presentes todos os membros do Conselho Administrativo, nove desembargadores votaram no sentido da penalização, enquanto os demais votaram pela absolvição do magistrado. Nessa situação, o colegiado condenou o magistrado.

Cada um dos próximos itens apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada com base na Lei de Organização Judiciária do Distrito Federal e dos Territórios (LOJDFT).

- 36** Roberto e Paula ocupam, respectivamente, os cargos de vice-presidente e corregedora do TJDF. Nessa situação, se faltarem menos de 6 meses para o término dos mandatos e houver vacância do cargo de vice-presidente, este será substituído por Paula.
- 37** Rogério foi preso em flagrante pelo crime de tentativa de homicídio. Em virtude de supostas irregularidades no ato da prisão e outras nulidades, Rogério impetrou *habeas corpus*. Nessa situação, a competência para processar e julgar o *habeas corpus* é do tribunal do júri da circunscrição judiciária do DF em que ocorreu o fato.
- 38** Alberto, menor de 17 anos de idade, praticou ato infracional descrito pela legislação penal como crime de furto. Em virtude da reiteração no cometimento de outras infrações de mesma natureza, o juiz da Vara da Criança e do Adolescente determinou a internação por prazo indeterminado, não superior a 3 anos. Nessa situação, caso Alberto permaneça internado após completar 18 anos de idade, a competência para prosseguir a execução da referida medida passará a ser da Vara de Execuções Criminais.
- 39** Antônio desapareceu de seu domicílio, sem ter dado notícias e sem ter deixado procurador ou representante para administrar seus bens. Os familiares de Antônio, diante dessa situação, decidiram requerer judicialmente a declaração de ausência e a nomeação de um curador dos bens deixados por Antônio. Nessa situação, de acordo com a lei em apreço, a competência para processar e julgar o aludido feito é da vara de família.
- 40** Sérgio, empregado público do DF, no exercício de suas funções, sofreu acidente de trabalho que resultou na perda parcial dos movimentos de um de seus membros. Em razão desse fato, Sérgio ajuizou ação acidentária para obter a devida reparação. Nessa situação, a competência para processar e julgar o referido feito é de uma das varas de fazenda pública do DF.

Com base na LOJDFT, julgue os itens a seguir.

- 41** Em sessão do Tribunal Pleno Administrativo, cujo objeto da pauta seja a aprovação de emendas ao Regimento Interno do TJDF, o desempate de votação de proposta é feito pelo presidente, em conjunto com o vice-presidente e o corregedor, acaso presentes.
- 42** Conforme dispõe a lei em apreço, para cada região administrativa do DF corresponde uma área de jurisdição das circunscrições judiciárias do DF.
- 43** Nos termos da referida lei, as cartas precatórias relativas a processos de falência devem ser cumpridas pela Vara de Falências e Concordatas.

Cada um dos próximos itens apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada com base na LOJDFT.

- 44** Jailson impetrou mandado de segurança em face de ato do Tribunal de Contas do DF, o qual foi distribuído para uma das turmas cíveis do TJDF. Nessa situação, se o relator designado para presidir o mandado de segurança verificar que a competência para o julgamento é do Conselho Especial, ele deverá elaborar relatório e encaminhá-lo aos demais membros da Turma, pedindo pauta para julgamento, para que a questão da competência seja decidida pelo órgão colegiado.
- 45** Em ação de demarcação, em que litigam dois particulares, o DF foi oficiado para informar sobre eventual interesse que possuísse na causa. Analisada a questão pelos órgãos competentes, o DF percebeu que parcela do imóvel objeto do litígio encontrava-se em terras públicas, de sua titularidade. Nessa situação, a propositura de embargos de terceiros pelo DF para defesa da posse atrai a competência para processar e julgar a causa aos juizes das varas de fazenda pública do DF.
- 46** Marcos é juiz de direito titular da vara cível de numeração mais alta da Circunscrição Judiciária de Brasília – DF. Nessa situação, se ocorrer falta ocasional ou ausência do juiz de direito substituto, Marcos deverá ser substituído pelo juiz da 1.ª Vara Cível da mesma circunscrição judiciária.
- 47** Flávia é juíza de direito de uma das varas da Circunscrição Judiciária de Taguatinga – DF. Nessa situação, considerando o que dispõe a LOJDFT, é correto concluir que Flávia preencheu o respectivo cargo por promoção e que à época era juíza de direito substituta.
- 48** Bruno possui 4 anos de efetivo exercício na magistratura do DF. Fernanda possui 4 anos e 2 meses na magistratura, mas teve de se afastar durante um período de 6 meses, em virtude de licença para tratamento de saúde. Nessa situação, Bruno é considerado mais antigo que Fernanda, para efeito de promoção por antiguidade.
- 49** Rodrigo é juiz de direito do TJDF, ocupando cargo de titular de uma das varas cíveis da Circunscrição Judiciária de Taguatinga – DF. Nessa situação, Rodrigo não poderá concorrer à promoção por antiguidade para o provimento de cargos de desembargador do TJDF.
- 50** Fabiana é juíza de direito titular e foi escolhida pelo Conselho Especial para integrar a Turma Recursal Cível. Nessa situação, o mandato de Fabiana no referido conselho será de 2 anos, sendo permitida a recondução.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Com relação aos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988, julgue os itens a seguir.

- 51** Os direitos e garantias fundamentais de segunda geração se caracterizam por impor ao Estado uma obrigação positiva de atuação em favor dos administrados, com vistas a diminuir as diferenças materiais existentes entre eles.
- 52** Os direitos e garantias individuais são arrolados como cláusula pétrea, de forma que não se admitirá proposta de emenda que possa, de qualquer forma, limitar esses direitos.

Maria, servidora pública do TJDF, requereu aposentadoria no setor de recursos humanos, tendo sido deferido e publicado o respectivo ato em 12/4/2003, quando então passou a gozar do seu benefício de aposentadoria. Antes de qualquer análise desse ato pelo Tribunal de Contas da União (TCU), o setor de controle interno do tribunal verificou que foi computado de forma inadequada tempo de contribuição, motivo pelo qual Maria não poderia ter sido aposentada.

Acerca dessa situação hipotética, dos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988, dos atos administrativos e do regime jurídico dos servidores públicos, julgue os itens seguintes.

- 53** Comunicado ao TCU o fato de o cômputo do tempo de contribuição ter sido feito de forma inadequada, o mesmo não poderia negar o registro e determinar o retorno de Maria à atividade.
- 54** O TCU, na espécie, ao negar registro, exerce atividade de auxiliar de controle externo do Congresso Nacional.
- 55** O ato de aposentadoria em questão é classificado como ato complexo, pois depende da vontade do TJDF e do TCU.
- 56** Iniciada, pelo controle interno do TJDF, a impugnação administrativa à validade do ato inicial de concessão de aposentadoria em 12/4/2007, a sua nulidade teria de ser declarada até 12/4/2008, já que o prazo decadencial na hipótese é de cinco anos, não se admitindo qualquer interrupção.

No que se refere aos Poderes Executivo e Legislativo, julgue os itens que se seguem.

- 57** O presidente da República tem competência para delegar, aos presidentes dos tribunais, a competência de prover e extinguir os cargos públicos federais no âmbito da administração pública direta, o que abrange o Poder Judiciário.
- 58** A criação de cargos no âmbito do Poder Legislativo é privativa das respectivas mesas e deve ser proposta mediante projeto de lei ordinária.
- 59** A comissão parlamentar de inquérito tem competência para quebrar o sigilo fiscal e bancário das pessoas por ela investigadas, desde que o faça de forma fundamentada.

Acerca da administração pública e do regime jurídico dos servidores públicos, julgue os próximos itens.

- 60** Um servidor que ocupe o cargo de analista da área administrativa, quando não exigida qualquer formação especial, não poderá acumular o seu cargo efetivo com outro cargo público de professor, mesmo que haja compatibilidade de horários.
- 61** A lei pode estabelecer requisitos e restrições aos ocupantes de cargo ou emprego na administração direta e indireta que possibilite o acesso a informações privilegiadas.
- 62** Por meio de contrato de gestão, a autonomia gerencial, orçamentária e financeira de autarquias e fundações poderá ser ampliada, de forma a se atingir os objetivos e metas de desempenho.
- 63** Considere a seguinte situação hipotética. Gisele ocupa exclusivamente cargo em comissão, do qual se valeu para lograr proveito próprio em detrimento da dignidade da função pública. Nessa situação, não caberia a demissão de Gisele, mas sim a aplicação da sanção de exoneração.
- 64** A Caixa Econômica Federal, por ser empresa pública exploradora de atividade econômica e integrar a chamada administração indireta, responde de forma objetiva, conforme a Constituição Federal de 1988, pelos danos que seus servidores causarem a terceiro, no exercício de sua atividade.

Considerando a organização do Poder Judiciário, julgue os itens subseqüentes.

- 65** O controle da atividade administrativa e financeira do Poder Judiciário é de competência do Conselho Nacional de Justiça, com exclusão, em qualquer hipótese, da competência do respectivo tribunal de contas.
- 66** Compete ao Superior Tribunal de Justiça julgar, em recurso especial, as decisões proferidas em primeira ou única instância pelos tribunais regionais federais ou tribunais de justiça que julgarem válido ato de governo local contestado em face de lei federal.

Acerca das licitações e contratos, julgue os itens seguintes.

- 67** É causa de inexigibilidade de licitação a contratação de empresa de propaganda e *marketing*, já que inexiste a possibilidade de aferição objetiva do melhor trabalho a ser escolhido.
- 68** A licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, é aplicável às contratações de obras de engenharia, bem como às locações imobiliárias e alienações em geral.
- 69** O sistema de registro de preço será adotado, preferencialmente, quando, devido à natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela administração.
- 70** Considere que evento imprevisível e inevitável no Oriente Médio tenha provocado a elevação da cotação do preço do barril de petróleo, o que levou a majoração de forma insuportável, do preço do óleo diesel utilizado nos ônibus de por uma concessionária de serviço público municipal. Nesse caso, não deve haver repercussão na cláusula econômico-financeira dos contratos, já que esse evento decorre do próprio risco da atividade econômica do contratado, não se relacionando à teoria da imprevisão.

contas	valor em R\$
despesa de assinaturas	120
abatimento sobre compras	125
provisão para desvalorização de estoques	132
despesa de telefone	147
energia a pagar	175
devolução de compras	178
devoluções de vendas	185
despesa de juros	214
receita financeira	251
despesas de impostos e taxas	332
clientes	400
despesas de seguros	458
material de consumo	479
fornecedores	489
telefone a pagar	748
despesa de energia	798
assinaturas antecipadas	870
despesa de depreciação	875
provisão para devedores duvidosos	900
salários a pagar	998
estoque final de mercadorias para revenda	1.140
empréstimos a pagar	1.147
impostos a recolher	1.149
receita antecipada	1.200
aluguel a pagar	1.478
aluguel antecipado	2.000
compra de mercadorias	2.180
seguros antecipados	2.210
imposto de renda e contribuição social a pagar	2.250
reservas	2.250
disponível	2.258
despesas de salários e encargos	3.250
imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	3.250
impostos sobre a venda	3.250
máquinas	3.321
estoque inicial de mercadorias para revenda	3.325
móveis e utensílios diversos	4.178
investimento em ações de controladas	4.520
computadores e impressoras	6.658
depreciação acumulada	10.580
veículos	20.580
receita de vendas	25.890
capital social	10.000
lucros ou prejuízos acumulados	?????

Considerando o balancete de verificação acima, julgue os itens a seguir, acerca do uso da contabilidade para o registro e a evidenciação das informações das empresas.

- 71 O lucro líquido apurado corresponde a R\$ 9.200,00.
- 72 O valor do ativo permanente corresponde a R\$ 28.677,00.
- 73 O valor do custo da mercadoria vendida é igual a R\$ 4.062,00.

- 74 Caso a empresa possua saldo inicial de seguro antecipado de R\$ 2.600,00 e de seguros a pagar de R\$ 100,00, então o valor pago de seguro no período corresponderá a R\$ 490,00.
- 75 O saldo da conta lucros ou prejuízos acumulados, no início do período em análise, corresponde a R\$ 8.315,00, credor.

A respeito dos lançamentos contábeis e de seus reflexos no patrimônio, julgue os itens subseqüentes.

- 76 O registro da provisão para desvalorização de estoques reduzirá o valor do ativo circulante e afetará o saldo do passivo circulante.
- 77 O registro da venda de um veículo, que foi adquirido por R\$ 40.000,00 e possuía saldo de depreciação acumulada de R\$ 20.500,00, proporcionará um lucro de R\$ 3.000,00 caso o valor de venda seja igual a R\$ 22.500,00.
- 78 O fluxo das atividades operacionais apresentado no demonstrativo dos fluxos do disponível não contempla o pagamento de parcelas vinculadas a seguros antecipados contratados pela empresa.
- 79 A venda de um ativo permanente à vista proporcionará registro na demonstração de origens e aplicação de recursos (DOAR) em ambos os lados: das origens e das aplicações.
- 80 Ao se apurar o lucro líquido na demonstração do resultado do exercício (DRE), o saldo é transferido para a conta de lucros ou prejuízos acumulados. A distribuição de dividendos poderá ser evidenciada na DRE ou na demonstração de lucros ou prejuízos acumulados, independentemente do prazo de pagamento aos sócios.

RASCUNHO

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO (EM R\$)

RECEITA				DESPESA			
títulos	previsão	execução	diferenças	títulos	fixação	execução	diferenças
corrente	890.000,00	905.000,00	15.000,00	orçamentários e suplementares	1.000.000,00	995.000,00	-5.000,00
capital	110.000,00	105.000,00	-5.000,00				
soma	1.000.000,00	1.010.000,00	10.000,00	soma	1.000.000,00	995.000,00	-5.000,00
déficit	0,00	0,00	0,00	superávit	0,00	15.000,00	15.000,00
total	1.000.000,00	1.010.000,00	10.000,00	total	1.000.000,00	1.010.000,00	10.000,00

Considerando a tabela acima, que apresenta dados extraídos do balanço orçamentário de uma entidade governamental, e em que os valores estão em reais, julgue os próximos itens.

- 81** A partir dos dados apresentados, é correto afirmar que, houve economia orçamentária na execução da despesa.
- 82** É correto afirmar que o resultado orçamentário apurado no exercício apresentou superávit de R\$ 10.000,00.

A contabilidade pública é demonstrada por meio de peças contábeis devidamente estruturadas e organizadas, denominadas balanços públicos, os quais possuem características muito próprias de apresentação. Acerca das especificidades do balanço patrimonial, julgue os item abaixo.

- 83** No balanço patrimonial, estão as contas que apresentam a situação estática dos bens, direitos e obrigações; nele é apurado, ao final de cada exercício financeiro, o resultado patrimonial da entidade.

Na administração pública brasileira, busca-se, mediante a adoção de um plano de contas único, padronizar o processo de registro e extração das informações concernentes à execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil dos órgãos e entidades contemplados na Lei Orçamentária Anual. Acerca das exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal para a escrituração das contas públicas, julgue os itens que se seguem.

- 84** A disponibilidade de caixa constará de registro próprio, de modo que os recursos vinculados a órgão, fundo ou despesa obrigatória fiquem identificados e escriturados de forma individualizada.
- 85** A edição de normas gerais para a consolidação das contas públicas caberá ao órgão de contabilidade de cada ente governamental, enquanto não for implantado o conselho de gestão fiscal.

Dependendo da natureza do ato ou do fato administrativo, os lançamentos contábeis podem demandar registros em apenas um ou em todos os sistemas de contas simultaneamente. Considerando o relacionamento entre os atos e fatos administrativos e os sistemas de contas, julgue os itens a seguir.

- 86** A incorporação de um bem é uma variação patrimonial ativa, contabilizada no sistema patrimonial.
- 87** O registro do empenho da despesa pública é feito no sistema de compensação, cujas contas têm função precípua de controle.
- 88** O ingresso de uma receita pública, seja ela orçamentária ou extra-orçamentária, enseja registro no sistema de contas financeiro.

Segundo a Lei n.º 4.320/1964, o levantamento geral dos bens móveis e imóveis terá por base o inventário analítico de cada unidade administrativa e os elementos da escrituração sintética na contabilidade. Quanto aos procedimentos a serem adotados para o cumprimento da referida lei, julgue os itens seguintes.

- 89** Os elementos necessários para a perfeita caracterização de cada um dos bens de caráter permanente devem ser indicados.
- 90** Os bens de almoxarifado serão avaliados pelo método UEPS (último que entra primeiro que sai), a fim de se subsidiar a elaboração do orçamento com valores mais próximos da realidade.

RASCUNHO

Com relação aos conceitos, normas e procedimentos aplicáveis ao setor público, julgue os itens a seguir.

- 91** O controle interno do Poder Executivo, por meio do órgão incumbido da elaboração da proposta orçamentária ou de outro indicado na legislação, abrange o cumprimento do programa de trabalho, tanto em termos financeiros como físicos.
- 92** O processo de tomada de contas especial deve ser instruído por certificado de auditoria emitido pelo órgão de controle interno competente, com o enquadramento legal das irregularidades encontradas, além da identificação do responsável e da quantificação do prejuízo.
- 93** Definidos como procedimento de auditoria, os testes de observância visam à obtenção de evidências quanto à validade, suficiência e exatidão de dados contábeis referentes às transações realizadas pelo ente público.
- 94** Se, na realização de uma auditoria, constatar-se a existência de vários débitos pela prestação de serviços de terceiros, a equipe de auditoria deve optar pela aplicação da técnica de confirmação interna, pois as informações obtidas diretamente junto ao auditado oferecem mais segurança e fidedignidade.
- 95** Se, durante o exame de tomada de contas de um órgão da administração, o auditor cotejar os dados do SIAFI, relativos a um repasse à conta de convênio para aquisição de bens produzidos por uma estatal, com as vendas efetuadas por essa estatal ao órgão auditado, o auditor estará correlacionando as informações obtidas de fontes distintas, independentes, no âmbito do próprio ente auditado.
- 96** A inspeção física de determinados tipos de equipamentos, sobretudo quanto às suas condições de utilização e funcionamento, pode depender de conhecimentos especializados, para os quais os auditores disponíveis não estão preparados. Nesses casos, os auditores designados devem determinar ao órgão sob exame que contrate profissionais especializados, que fornecerão, por meio do contratante, os laudos exigidos pelos auditores.

Com relação à avaliação de controles internos e aos papéis de trabalho, julgue os itens seguintes.

- 97** Um aspecto que demonstra importância fundamental dos papéis de trabalho no setor público é que eles devem evidenciar que a atividade de controle foi executada de acordo com as normas aplicáveis.
- 98** Uma recomendação que os auditores que avaliam os controles internos costumam formular em relação aos servidores que manuseiam e custodiam valores refere-se à conveniência de os mesmos poderem converter as férias em dinheiro e evitarem o rodízio de funções com servidores de outras áreas.
- 99** Entre as falhas mais comuns referentes aos papéis de trabalho menciona-se deixar de descrever a fórmula adotada para encontrar o valor a partir do qual as operações são consideradas relevantes.
- 100** O exame dos controles internos permite avaliar os riscos associados aos registros contábeis e respectivas demonstrações e, conseqüentemente, determinar os procedimentos a serem adotados. Quanto menor a probabilidade de erros, maior será a quantidade de evidências necessárias e a extensão dos testes a serem realizados.

Com referência a relatórios e pareceres de auditoria, julgue os itens que se seguem.

- 101** Quando, na auditoria de um órgão ou entidade estatal, os elementos comprobatórios disponíveis não forem considerados suficientes e adequados para a manifestação do sistema de controle interno sobre as contas do auditado, será emitido um certificado com abstenção de opinião. Se o auditado sanar as deficiências, requererá a expedição de um certificado definitivo.
- 102** O parecer de auditoria só pode ser assinado por profissional habilitado, com registro no Conselho Regional de Contabilidade. No setor público, entretanto, a responsabilidade do servidor incumbido das funções de auditoria contábil se restringe aos códigos aplicáveis ao cargo que exerce e à carreira a que pertence, em caráter permanente ou temporário.
- 103** Segundo as normas aplicáveis à auditoria independente, emite-se o parecer sem ressalva mesmo no caso de alterações na observância dos Princípios Fundamentais de Contabilidade e nas Normas Brasileiras de Contabilidade e, no que for pertinente, na legislação específica, desde que avaliados e aceitos seus efeitos e devidamente revelados nas demonstrações contábeis.
- 104** A diferença entre o certificado de regularidade com ressalvas e o de irregularidade, no setor público, a exemplo do que ocorre no setor privado, entre pareceres com ressalva e adverso, depende não só da natureza, mas também da materialidade das circunstâncias. É o caso, por exemplo, de registros e demonstrações contábeis inadequados ou incorretos.
- 105** Quando há limitação na extensão do trabalho, também designada como de escopo, com efeitos relevantes para as demonstrações contábeis, entende-se que aos auditores independentes cabe uma das seguintes posições: opinião com ressalva ou abstenção de opinião.

Com base nos conceitos e nas normas aplicáveis aos instrumentos de planejamento, julgue os itens a seguir.

- 106** Cada tribunal, no âmbito da União, dos estados e do DF, tem a prerrogativa constitucional de elaborar a própria proposta orçamentária, mas todos estarão sujeitos aos limites estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).
- 107** Nos termos da LDO para 2008, projetos de lei relativos a créditos adicionais solicitados por órgãos do Poder Judiciário deverão indicar os recursos compensatórios e estar acompanhados por pareceres opinativos do Conselho Nacional de Justiça. Tais exigências não se aplicam, respectivamente, às despesas de pessoal e dívida, e aos créditos destinados ao STF.
- 108** Considere-se que a proposta orçamentária traga embutido um *deficit* a ser coberto com o excesso de arrecadação que venha a ser obtido com o crescimento econômico e com o melhor desempenho da administração tributária. Nessa situação, é correto afirmar que o princípio orçamentário fundamentalmente violado foi o da universalidade.
- 109** Suponha-se que um ente público necessite da abertura de um crédito especial e que sua situação inclua os seguintes dados.
excesso de arrecadação acumulado
no exercício: R\$ 4.500.000,00
despesas contingenciadas: R\$ 1.300.000,00
deficit financeiro do balanço patrimonial
do exercício anterior: R\$ 2.400.000,00
Com base nesses dados, é correto afirmar que é possível propor a abertura do crédito de até R\$ 3.400.000,00.
- 110** No caso de obras ou serviços com indícios de irregularidades graves, a Comissão Mista de Orçamento (Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização) poderá propor decreto legislativo cancelando definitivamente a obra ou serviço em questão e realocando os respectivos recursos em quaisquer outras rubricas orçamentárias.

Com respeito à receita e à despesa públicas, julgue os itens seguintes.

- 111** Na hipótese de se verificar *deficit* no orçamento corrente e *superavit* no de capital, é possível que a realização de investimentos só se esteja viabilizando com endividamento.
- 112** Os contribuintes, por não terem acesso direto ao Tesouro Público, quitam seus débitos tributários mediante pagamento aos agentes arrecadadores, em geral instituições financeiras autorizadas; elas próprias e as demais pessoas jurídicas, por outro lado, atuam como depositários, ora descontando e retendo tributos sobre rendimento pagos, ora cobrando de seus clientes e consumidores tributos sobre bens e serviços fornecidos.
- 113** A programação da despesa é necessária para compatibilizar os fluxos de desembolsos com o ciclo de realização dos serviços, das compras e das obras, e com o comportamento da arrecadação. Contingenciando-se as dotações orçamentárias, não podem ser efetuados os empenhos correspondentes nem, conseqüentemente, as respectivas programação e liberações de recursos.

Com relação ao controle interno, à prestação de contas e ao julgamento dos responsáveis, julgue os próximos itens.

- 114** Nos termos da Lei n.º 8.429/1992, conhecida como Lei do Colarinho Branco, entre os atos de improbidade administrativa há os que importam enriquecimento ilícito, os que causam prejuízo ao erário e os que atentam contra os princípios da administração pública. Entre os citados por último, inclui-se o de agir negligentemente na arrecadação de tributo ou renda.
- 115** O Conselho Nacional de Justiça exerce o controle não só administrativo, como também financeiro do Poder Judiciário; assim, cabe ao Ministério Público representar o referido conselho no caso de crime contra a administração pública ou de abuso de autoridade.
- 116** No caso de convênios e de outros instrumentos de execução indireta ou descentralizada que envolvam transferências de recursos, o TCU considera como responsáveis quem define os critérios de distribuição desses recursos, quem aprova o respectivo plano de trabalho e quem aprova as correspondentes prestações de contas.
- 117** Segundo a orientação do TCU aplicável às contas relativas ao exercício de 2007, no âmbito da justiça do DF e dos territórios, o TJDFT deverá consolidar as contas da Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal e as da Corregedoria da Justiça do Distrito Federal e Territórios (CJDFT).

Com relação à Lei de Responsabilidade Fiscal e seus desdobramentos, julgue os itens a seguir.

- 118** Entre as boas práticas para a transparência fiscal, segundo o código do FMI, destaca-se a existência de um órgão nacional de auditoria ou entidade equivalente, independente do Poder Legislativo, que deve fornecer relatórios tempestivos ao Poder Executivo e ao público acerca da integridade financeira das contas do governo.
- 119** A operação de crédito, mesmo que tenha prazo de vencimento inferior a doze meses — o que a caracterizaria como dívida fluante —, deve ser classificada no passivo permanente quando a receita correspondente tiver sido incluída no orçamento.
- 120** Na repartição dos limites das despesas de pessoal na esfera federal, o TJDFT se inclui no percentual de 6% atribuído ao Poder Judiciário, que estão compreendidos nos 50% da receita corrente líquida da União.

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, que vale **dez** pontos, faça o que se pede, usando os espaços indicados no presente caderno para rascunho. Em seguida, transcreva o texto para a **FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA**, no local apropriado, pois **não será avaliado fragmento de texto escrito em local indevido**.
- Qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de **trinta** linhas será desconsiderado.
- Na **folha de texto definitivo**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois **não será avaliado** texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

Diversos dispositivos da Lei de Imprensa (Lei n.º 5.250/1967) foram suspensos, em caráter liminar, pelo relator da ação de argüição de descumprimento de preceito fundamental ajuizada, no Supremo Tribunal Federal, pelo PDT. Na ação, o advogado e deputado Miro Teixeira pedia a revogação da lei, em sua totalidade, por ter sido “imposta à sociedade pela ditadura militar” e conter “dispositivos totalmente incompatíveis com o estado democrático de direito estabelecido pela atual Carta”. O ministro Ayres Britto deferiu parcialmente a liminar, para determinar que juízes e tribunais suspendam o andamento de processos e os efeitos de decisões judiciais ou de qualquer outra medida que versem sobre determinados artigos e incisos da Lei de Imprensa. Os mais importantes são os que se referem às penas nos crimes de calúnia, injúria e difamação, que são maiores, na lei de 1967, do que no Código Penal.

Jornal do Brasil, 22/2/2008, p. A6 (com adaptações).

Constituição Federal de 1988

Art. 220. A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo, não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição.

§1.º Nenhuma lei conterá dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social, observado o disposto no art. 5.º, IV, V, X, XIII e XIV.

Art. 5.º (...)

IV – é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

V – é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem.

Considerando que os textos acima têm caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo a respeito do tema a seguir.

LIBERDADE E RESPONSABILIDADE NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

Em seu texto, aborde, sintética e necessariamente, os seguintes tópicos:

- ▶ Carta de 1988 como marco jurídico-político da redemocratização brasileira;
- ▶ papel do Poder Judiciário em face das demandas da sociedade e dos demais poderes;
- ▶ liberdade como fundamento da democracia.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	